



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Secretaria das Sessões



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ACRE

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

A C Ó R D ã O Nº 8.284

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 13.838.2010-80-TCE (C/ 04 Anexos e Processo nº 13.722.2010-20-TCE – Apenso)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Brasília, exercício de 2009.
RESPONSÁVEL: Senhora **Ana Leila Galvão Maia Moreira**
RELATOR: Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Prestação de Contas. Prefeitura Municipal. Infringência à Constituição Federal de 1988 e às normas infraconstitucionais, Lei Complementar Federal nº 101/2000, Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Federal nº 8.666/63. Multa (art. 88, inciso II da LCE nº 38/93). Acumulação dos subsídios com remuneração de cargo efetivo por parte da Prefeita e do Vice-Prefeito. Apuração do dano e a responsabilidade. Remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) condenar** a Senhora **Ana Leila Galvão Maia Moreira** – prefeita à época, ao **pagamento de multa**, com fulcro na Lei Complementar Estadual nº 38/93, art. 89, inciso II, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), em razão da infringência à Constituição Federal de 1988 e às normas infraconstitucionais, Lei Complementar Federal nº 101/2000, Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Federal nº 8.666/63; **2) abrir processo autônomo** para apurar a acumulação dos subsídios com remuneração de cargo efetivo por parte da Prefeita e do Vice-Prefeito, apurando o dano e a responsabilidade; **3) remeter cópia** dos autos ao Ministério Público Estadual para a adoção das medidas que entender necessárias, em especial, sobre as irregularidades constatadas nas contratações diretas sem o devido processo de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. **Vencido em parte** o Conselheiro Antônio Jorge Malheiro, que votou pela aplicação de multa no valor de R\$ 7.140,00 (sete mil e cento e quarenta reais).-.-.-.-

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 13 de junho de 2013

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Relator

Fui presente:

Av. Ceará, 2994, Jardim Nazle – Rio Branco – Acre – Cep.: 69.907-000
Telefone: (68)3025-2039 – Fonefax: (68)3025-2041 – Email: pres@tce.ac.gov.br



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Secretaria das Sessões



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ACRE

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO
Procurador-Chefe do MPC/TCE/ACRE